

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------|----|
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 15 |
|--------------------------------------|----|

PREFÁCIO

| | |
|--|----|
| ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – O PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A BUROCRACIA PARTICIPATIVA Heleno Taveira Torres | 19 |
|--|----|

| | |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 23 |
|------------------|----|

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO ESTADO

| | |
|--|----|
| BRASILEIRO | 33 |
| 1.1 O Estado Moderno – Conceito, características e elementos | 34 |
| 1.1.1 Os elementos integrantes do Estado Moderno..... | 35 |
| 1.2 O Estado brasileiro – Fundamentos, características e elementos | 38 |
| 1.2.1 O Estado brasileiro na categoria de Estado Moderno | 40 |
| 1.2.2 A finalidade do Estado brasileiro | 41 |
| 1.3 Os instrumentos de planejamento da Administração Pública | 44 |
| 1.3.1 O Plano Plurianual (PPA) | 45 |
| 1.3.2 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)..... | 46 |
| 1.3.3 A Lei Orçamentária Anual (LOA) | 46 |
| 1.4 A soberania do Estado <i>versus</i> a autonomia das unidades federativas..... | 48 |
| 1.5 A atividade financeira do Estado | 51 |

CAPÍTULO 2

A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO ÁREA

| | |
|--|----|
| RELEVANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 53 |
| 2.1 <i>A administração pública versus administração particular – Pontos comuns e divergentes entre as duas áreas</i> | 54 |
| 2.1.1 A administração tributária como atividade essencial ao funcionamento do Estado – Fundamento constitucional | 59 |

| | | |
|-----------|---|----|
| 2.2 | A mitigação do princípio da não afetação da receita frente à prioridade dos recursos para as atividades da administração tributária | 61 |
| 2.2.1 | A vinculação da receita de impostos para as atividades da administração tributária | 62 |
| 2.2.2.1 | A criação, em nível federal, de fundo específico para atender às atividades da administração tributária – Fiscalização (Fundaf) | 63 |
| 2.3 | A administração tributária no contexto do Sistema Tributário Nacional e do modelo de federalismo fiscal adotado pelo Brasil | 65 |
| 2.3.1 | Poder tributário concentrado nas mãos do Governo Federal (União)..... | 66 |
| 2.3.2 | Competência e arrecadação tributária dos Estados e do Distrito Federal..... | 68 |
| 2.3.3 | Competência e arrecadação tributária dos Municípios..... | 68 |
| 2.3.4 | A autonomia financeira das unidades federativas..... | 70 |
| 2.3.4.1 | A autonomia financeira da União | 70 |
| 2.3.4.2 | A autonomia financeira dos Estados-Membros e do Distrito Federal..... | 71 |
| 2.3.4.3 | A autonomia financeira dos Municípios | 74 |
| 2.3.4.3.1 | Aspecto político | 75 |
| 2.3.4.3.2 | Participação da arrecadação municipal no contexto nacional | 77 |
| 2.3.4.3.3 | Exercício da competência tributária dos Municípios | 79 |
| 2.4 | Administração tributária <i>versus</i> carga tributária no Brasil..... | 82 |
| 2.4.1 | A regressividade dos sistemas tributários de países subdesenvolvidos | 88 |
| 2.5 | A administração tributária na visão de Nicholas Kaldor..... | 88 |
| 2.5.1 | Requisitos para uma administração tributária eficiente – A integridade da administração tributária e o combate à corrupção | 89 |
| 2.5.1.1 | Integridade dos funcionários da administração tributária..... | 91 |
| 2.5.1.2 | O problema da corrupção | 95 |
| 2.5.1.3 | A dimensão política dada ao problema..... | 98 |

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – CONCEITO E

ABRANGÊNCIA DO TERMO

| | | |
|-----------|---|-----|
| 3.1 | O conceito de administração tributária | 103 |
| 3.1.1 | Outras tarefas, procedimentos e/ou ações que se incluem na atividade da administração tributária..... | 104 |
| 3.1.1.1 | A seleção de contribuintes sujeitos ao procedimento de fiscalização | 105 |
| 3.1.1.2 | Os critérios objetivos | 108 |
| 3.1.1.2.1 | Princípio da impessoalidade..... | 108 |
| 3.1.1.2.2 | O lançamento tributário..... | 109 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 3.1.1.2.3 | Princípio da capacidade contributiva..... | 114 |
| 3.1.1.3 | O julgamento do Processo Administrativo Fiscal como ato integrante da administração tributária..... | 117 |
| 3.1.1.4 | Orientação do contribuinte e a espontaneidade à luz do art. 138 do CTN..... | 125 |
| 3.1.1.4.1 | Espontaneidade e os acréscimos moratórios (multa e juros de mora)..... | 127 |
| 3.1.1.4.2 | Lançamento sem multa de ofício (prevenir a decadência)..... | 129 |
| 3.1.1.5 | Consulta à legislação tributária federal..... | 131 |
| 3.1.1.5.1 | Efeitos da consulta..... | 132 |
| 3.1.1.5.2 | Instância de julgamento no processo de consulta..... | 136 |
| 3.1.1.6 | Administração tributária, educação tributária e cidadania fiscal..... | 137 |

CAPÍTULO 4

OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....143

| | | |
|---------|---|-----|
| 4.1 | Os objetivos da administração tributária frente a fatores que podem distorcer os sistemas econômico e tributário..... | 144 |
| 4.2 | A crise financeira global – Origem, causa e efeitos..... | 149 |
| 4.3 | A contribuição da administração tributária para neutralizar os efeitos da crise financeira internacional..... | 153 |
| 4.3.1 | Medidas adotadas pelo Governo federal – A função extrafiscal do tributo..... | 153 |
| 4.3.1.1 | Tabela progressiva do IRPF – Como era antes da CF/88..... | 155 |
| 4.3.1.2 | Tabela progressiva do IRPF – Como ficou após a CF/88..... | 157 |
| 4.3.1.3 | Tabela progressiva do IRPF para os anos-calendário de 2009 e 2010..... | 160 |
| 4.3.2 | Isenção e redução de alíquotas do IPI..... | 164 |
| 4.3.3 | Isenção e redução de alíquotas do IOF..... | 169 |
| 4.3.4 | Outras medidas adotadas pelos Governos federal e estadual..... | 171 |
| 4.3.4.1 | Ampliação do prazo de recolhimento de tributos e contribuições..... | 173 |
| 4.3.4.2 | Outras medidas que poderiam ter sido adotadas..... | 174 |
| 4.3.5 | As medidas do Governo federal <i>versus</i> a LRF..... | 174 |
| 4.3.6 | Reflexão final..... | 176 |

CAPÍTULO 5

A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA À LUZ DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....179

| | | |
|---------|--|-----|
| 5.1 | A importância da fiscalização para a administração tributária..... | 180 |
| 5.1.1 | Fiscalização..... | 180 |
| 5.1.2 | Competências das autoridades administrativas para fiscalizar..... | 182 |
| 5.1.2.1 | Pessoas sujeitas à fiscalização..... | 184 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 5.2 | Dever do contribuinte de apresentar às autoridades fazendárias os livros contábeis e/ou fiscais de sua escrituração..... | 189 |
| 5.2.1 | Razões que justificam ter o contribuinte a obrigação de apresentar ao Fisco os livros e demais documentos de sua escrituração..... | 190 |
| 5.2.1.1 | As funções da escrituração..... | 191 |
| 5.2.1.1.1 | A função gerencial da escrituração..... | 191 |
| 5.2.1.1.2 | A função documental da escrituração..... | 191 |
| 5.2.1.1.3 | A função fiscal da escrituração..... | 192 |
| 5.2.2 | Limites constitucionais à fiscalização tributária..... | 194 |
| 5.2.2.1 | Os livros obrigatórios da escrituração contábil ou fiscal..... | 197 |
| 5.2.2.1.1 | A apresentação dos livros ao Fisco federal..... | 197 |
| 5.2.2.1.2 | Contribuintes do ICMS..... | 199 |
| 5.2.3 | Prazos para conservação dos livros de escrituração..... | 200 |
| 5.2.3.1 | Prazo de decadência..... | 202 |
| 5.2.3.2 | Prazo de prescrição..... | 203 |
| 5.2.3.3 | Prazo geral obrigatório para a guarda dos livros de escrituração..... | 204 |
| 5.3 | A escrituração regular faz prova a favor do contribuinte..... | 205 |
| 5.3.1 | O ônus da prova..... | 206 |
| 5.3.2 | A inversão do ônus da prova..... | 206 |
| 5.4 | Procedimento fiscal – Início, desenvolvimento e conclusão..... | 207 |
| 5.4.1 | O início do procedimento fiscal..... | 208 |
| 5.4.1.1 | O efeito da lavratura do Termo de Início de Fiscalização..... | 209 |
| 5.4.2 | O desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização..... | 209 |
| 5.4.3 | A conclusão dos trabalhos de fiscalização..... | 210 |
| 5.4.3.1 | O Termo de Encerramento de Fiscalização..... | 210 |
| 5.4.4 | O significado da lavratura dos referidos termos..... | 211 |
| 5.4.5 | Onde se lavram os termos de início, continuação e conclusão da ação fiscal..... | 211 |
| 5.5 | Procedimentos de fiscalização e de diligência para o Fisco federal..... | 213 |
| 5.5.1 | Procedimento fiscal de fiscalização..... | 213 |
| 5.5.2 | Procedimento fiscal de diligência..... | 213 |
| 5.5.2.1 | Fase processual para a realização de diligências..... | 214 |
| 5.6 | A prestação de informações de interesse do Fisco por pessoas ou entidades específicas..... | 216 |
| 5.6.1 | O sigilo bancário..... | 218 |
| 5.6.1.1 | Razões que justificam o Fisco unilateralmente a quebrar o sigilo bancário..... | 220 |
| 5.6.1.1.1 | O sigilo bancário não é direito absoluto..... | 220 |
| 5.6.1.1.2 | O confronto entre o direito público e o direito particular..... | 221 |
| 5.6.1.1.3 | A natureza jurídica do crédito tributário..... | 221 |
| 5.6.2 | O rito para a obtenção de dados relativos ao sigilo bancário..... | 222 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 5.6.3 | Penalidade aplicável pelo descumprimento do art. 197 do CTN | 224 |
| 5.6.4 | Lançamento com base em depósitos bancários | 225 |
| 5.6.5 | Lançamento com base em dados da CPMF | 226 |
| 5.6.6 | Oposição do dever de sigilo ao Fisco..... | 228 |
| 5.7 | O sigilo fiscal | 230 |
| 5.8 | Prestação mútua de assistência e permuta de informações para a fiscalização dos respectivos tributos entre as unidades da Federação..... | 232 |
| 5.8.1 | O compartilhamento de cadastros e informações fiscais pelas administrações tributárias dos três níveis de governo..... | 234 |
| 5.8.1.1 | Utilização pelos Fiscos de livros e documentos contábeis e/ou fiscais em forma eletrônica | 237 |
| 5.8.1.1.1 | O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)..... | 238 |
| 5.8.1.2 | O Simples Nacional | 243 |
| 5.8.1.2.1 | O Simples Federal <i>versus</i> o Simples Nacional | 243 |
| 5.8.1.2.2 | A função do Comitê Gestor no Simples Nacional..... | 243 |
| 5.8.1.2.3 | A unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas | 245 |
| 5.8.1.2.4 | A classificação das ME e EPP nos âmbitos federal, estadual e municipal | 245 |
| 5.8.1.2.5 | Tributos e contribuições recolhidos pelo Simples Nacional..... | 247 |
| 5.8.1.2.6 | A fiscalização do Simples Nacional..... | 248 |
| 5.8.1.2.7 | Do processo administrativo fiscal relativo ao Simples Nacional | 249 |
| 5.9 | Auxílio da força pública federal, estadual ou municipal..... | 250 |
| 5.9.1 | Embaraço à fiscalização | 251 |
| 5.9.2 | Desacato à autoridade fiscal..... | 251 |
| 5.9.3 | Multa aplicável no caso de embaraço ou desacato | 252 |
| 5.10 | Dívida Ativa | 252 |
| 5.10.1 | Inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa | 253 |
| 5.10.2 | Presunção relativa de inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa | 254 |
| 5.11 | Certidão negativa..... | 255 |
| 5.11.1 | Certidão positiva com efeito negativo | 256 |
| 5.11.2 | Casos em que não se exige a expedição de certidão negativa | 256 |
| 5.11.3 | Certidão negativa expedida com dolo ou fraude..... | 257 |
| | CONCLUSÃO | 259 |
| | REFERÊNCIAS..... | 281 |
| | ÍNDICE DE ASSUNTO | 285 |
| | ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS..... | 291 |